



REFLEXOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE NO CONTEXTO DE COMBATE A EPIDEMIAS NO BRASIL: o entrelaçar do lúdico ao real

Talita Cumme Gomes Mesquita
Thinally Ribeiro Abreu

RESUMO: As ações que se deram na esfera da saúde, no final do século XIX e início do século XX, foram gestadas sob intervenções de cunho assistencialista e coercitivo, recorrendo às práticas higienistas, criando 'campos de isolamento', para o combate às epidemias. Assim, ao trazer este contexto e o momento de (re)organização da vigilância epidemiológica no Brasil, a partir da década de 1990, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, será também apresentada uma análise de como estes momentos foram transpassados por uma mobilização popular, e intervenções aos moldes socioeducativos. Em contextos que congregam as ações particulares e coletivas.

Palavras-chaves: Saúde pública; Vigilância epidemiológica; Lutas Sociais.

ABSTRACT: The actions that felt in the sphere of the health, in the end of the century XIX and beginning of the century XX, were created under interventions of stamp assistentialist and coercive, falling back upon the hygienists practicies, creating 'isolation fields', for the combat to the epidemics. Thus, when bringing this context and the moment of (re)organization of the epidemic surveillance in Brazil, starting from the 1990s, starting from a bibliographical and documental research, it will be also presented an analysis of as these moments they were passed over by a popular mobilization, and interventions to the socioeducational molds. In contexts that congregate the private and collective actions.

Keywords: Public Health; Epidemiological Surveillance; Social Struggles.

INTRODUÇÃO

Pensar o campo da saúde pública através das retratações de Rodolfo Teófilo permite transitar sob uma realidade que traz rebatimentos para o tempo presente. Percebe assim, visto que a esfera social e política analisada pauta-se na luta pelos elementos valorativos da vida humana norteados por um tensionamento entre perspectivas antagônicas que desde suas gêneses fincaram raízes profundas nos anais da história cearense.

Neste deslindar, as oligarquias centralizavam o poder, descomprometidas com as demandas sociais e apartadas da realidade popular, condicionavam suas ações em saúde ao atendimento de interesses privados. Além disso, assumiam práticas controlistas fundamentadas em bases coercitivas e culpabilizadoras.

É evidenciado ainda condições subumanas em que a população na cidade, que se aglomeravam nas ruas e praças públicas, nos abarracamentos, nos passeios e nos arredores das Igrejas. Nesse sentido, as pessoas, expostas as variações do tempo, sem condições de higiene e alimentação, reveladas ainda a ações violentas, lutavam e permanecem lutando por suas vidas em meio a um emaranhado de vulnerabilidades que favorecem os processos epidemiológicos e outros agravos.

Tal realidade reverbera, no cotidiano da capital cearense atual, haja vista que esta vivência o desmonte dos direitos sociais no campo da saúde, articulada, enquanto



totalidade, com as demais áreas das Políticas Públicas implicando a construção e renovação da luta pela sobrevivência da população. Deste modo, as trilhas da resistência não devem se esgotar nos interesses imediatos, mas devem atrelar-se a essência do gênero humano e pela transformação de uma nova ordem societária que se estruture numa ótica coletiva.

DO APARATO ASSISTENCIALISTA EXPRESSO NO LIVRO 'A FOME' AO MOVIMENTO POPULAR FOMENTADO POR RODOLFO TEÓFILO

'A fome', escrito por Rodolfo Teófilo, um farmacêutico, sanitarista, e que integrou o movimento literário, de contestação do 'modo de viver europeu', a europeização, do período da Belle Époque, a Padaria Espiritual, e ativista na luta contra escravidão no Ceará, foi publicada em 1890. E traz a trajetória da família de Manuel de Freitas, um coronel, dono de terras no interior do Ceará, que após perder seus rezes de gado, e escravas/os, que mantinha em sua fazenda, teve que vendê-las/os, abdicá-las/os devido a seca, e a falta de recursos financeiros para mantê-las/os, deslocou-se para Fortaleza, no ano de 1877, para subsistir a este período.

Deste modo, o livro traz uma das grandes secas que ocorreu no ano de 1877, no Ceará, um estado, que segundo Neves (2007, p.76), está situado, no que “se costuma denominar 'Polígono das Secas' – o semi-árido [...]”, e por encontrar-se nesta zona de secas constantes, e por seu quadro de chuvas irregulares, a população de diversas localidades cearenses, na segunda metade do século XIX, estava imersa em um contexto de insustentabilidade, de não conseguirem se manter em seus espaços, em suas fazendas, ou em terras concedidas por grandes fazendeiros. Considerando, que até esta segunda metade do século XIX, apesar dos períodos de seca, os grandes fazendeiros, conforme, Neves (2007), com seus ímpetos de apadrinhamento – a relação de 'afetividade' que camuflava a exploração do trabalho, e as várias nunces da exploração, imanente do elo dono de latifúndios e o pequeno produtor rural e sua família – conseguiam manter famílias de produtores agrícolas em seu território, sob sua 'tutela', desde que estes produtores e seus familiares, ao habitarem currais abandonados, continuassem trabalhando nestas terras, em um segundo momento, esta forma de 'acolhimento', que também tinha um viés exploratório, mostrou-se como uma medida insustentável. Assim, uma alternativa para produtoras/es agrícolas, foi a migração “para as áreas mais úmidas e resistentes à irregularidade de chuvas, sendo permitida a sua presença provisória por um beneplácito do proprietário” (NEVES, 2007, p.79).

Mas, à medida que a seca se alastrava pelo Nordeste, e as pessoas que eram acolhidas por grandes proprietários de terras, ou que se deslocaram para regiões mais



úmidas, já não conseguiam sobreviver nestes espaços, pela própria escassez de alimentos, de sementes para plantação, e perda do gado, e os governantes, inicialmente, não empregavam medidas estáveis para manutenção desta população em seus territórios, segundo Neves (2007), a única forma de enfrentar a seca, resistir a este processo, era deslocar-se para a capital, Fortaleza. Uma Fortaleza, que em 1877, como apresenta Rodolfo Teófilo, em seu livro, "Havia muita miséria na população adventícia da capital" (TEÓFILO, 2002, p. 159). E esta miséria espalhava-se para lugares chamados de 'abarracamentos':

Na capital, os retirantes maltrapilhos acampavam nas praças e ruas, formando 'abarracamentos' que as autoridades tentaram manter sob algum controle, dividindo-os em distritos e delegando poderes para 'comissões' formadas por cidadãos respeitáveis da cidade, com o objetivo de racionalizar a distribuição de comida, o atendimento médico e o alistamento para o trabalho. (NEVES, 2007, p. 82).

Assim, como apresenta Rodolfo Teófilo (2002), Freitas, Carolina, Josefa, e alguns filhos pequenos que conseguiram sobreviver a jornada a pé até a capital, ao êxodo, ao chegarem em Fortaleza, se defrontaram com uma realidade distante de seus sonhos de fartura, esperança, visto que encontraram uma Fortaleza, cujos retirantes se aglomeravam nas praças, nas ruas, nestes territórios, denominados 'abarracamentos'. E estas pessoas que se encontravam nestes abarracamentos, eram alvos do controle dos governantes e da polícia local. Tendo em vista, que as medidas dirigidas aos 'remanescentes da seca', eram medidas policiais, de contenção desta parcela da sociedade que se deslocava para capital, ou eram medidas assistencialistas, a cargo da filantropia, da 'generosidade' de governantes, da parcela rica da sociedade, que viabilizavam, gestavam 'os socorros públicos', uma quantia irrisória em dinheiro, ou alimentos, roupas, que eram destinados, distribuídos aos retirantes, sendo que eram recursos que também foram alvo de desvios, por parte de 'comissários', representantes do governo, que deslocavam estes recursos para fins particulares. E além destas medidas policiais, de repressão, ou assistencialistas, também a esta parcela de retirantes, eram atribuídos trabalhos árduos, pesados, em pedreiras, ou na obra da Estrada de Ferro de Baturité:

As principais obras efetuadas pelos retirantes em Fortaleza foram a Estrada de Ferro de Baturité e o calçamento das ruas centrais da cidade. Para isso, eram formadas turmas que se deslocavam para as áreas de construção da ferrovia, abrindo picadas na mata e colocando os dormentes, ou caminhavam diariamente até a pedreira localizada no 'Mocuripe', distante cerca de uma légua do centro da cidade, e retornavam com uma pedra às costas. Segundo os relatos, o trabalho era extremamente árduo e a disciplina imposta com o maior rigor. Homens, mulheres e crianças trabalhavam continuamente para poderem receber a sua ração de comida. Qualquer falta ou reclamação era motivo para a exclusão da lista de pagamento. (NEVES, 2007, p. 82)



Com isso, 'olhar punitivo', repressor também era evidenciado, no modo, como os retirantes foram utilizados como mão de obra barata, equiparada a mão de obra escrava, ofertando sua força de trabalho, sendo que esta oferta, era uma oferta, recebida com o 'olhar punitivo', visto que o trabalho, era utilizado como um discurso contra a 'preguiça', a 'ociosidade'. Visões deste período, visões da população da capital, que consideravam o retirante uma pessoa que deveria trabalhar arduamente, pois, ocupavam um lugar nas cidades, e as cidades abriam as suas portas, mas, em troca, invés de ficarem ociosos, vagando pelas praças, pelas ruas, da Fortaleza europeizada, este retirante, esta pessoa deveria trabalhar como modo de manter-se, e 'dar um retorno a sociedade': “[...] a proteção paternalista em tempos de escassez – não poderia se efetivar sem um retorno à sociedade na forma de trabalho público” (NEVES, 2007, p. 82).

E além de serem explorados, estes retirantes também foram acometidos por doenças, pelas epidemias do século XIX, como a varíola, uma doença viral, transmissível através de “gotículas de saliva e aerossóis” (BRASIL, 2005, p. 768) – aerossóis, que são partículas sólidas ou líquidas em suspensão no ar, ambiente, causando febre alta, mal-estar, dores musculares, náuseas, lesões na pele (BRASIL, 2005). E a varíola, como retrata Rodolfo Teófilo (2002), era tratada nos lazaretos, lugares mantidos por religiosas/os, pela Igreja Católica, através de doações, trabalho voluntário, que acolhiam as pessoas acometidas por esta doença. Assim, o próprio livro, apresenta que Freitas, Josefa e seus filhos, foram levados por um padre, o padre Clemente a um lazareto, para serem tratados, e Carolina, por indicações do padre, colocou-se como voluntária, para cuidar dos enfermos.

Assim, a varíola foi alvo tanto de intervenções assistencialistas, como intervenções estatais, no sentido de contenção desta epidemia. Com isso, os 'abarracamentos' por serem insalubres eram o foco de expansão da epidemia de varíola hemorrágica, e assim, o governo, entre os séculos XIX e primeiras décadas do século XX, interveio ao atribuir medidas sanitárias, de isolamento ou quarentena, com o objetivo de conter a epidemia e erradicar a doença.

Este cenário foi palco das iniciativas nacionais em saúde, baseadas em práticas controlistas e coercitivas, vislumbradas por Osvaldo Cruz, que neste contexto, atuava na Diretoria de Saúde Pública, a partir de uma nomeação, em 1903, do então Presidente da República, Rodrigues Alves (BARBOSA, 1994). E no que concerne as ações de combate a varíola, em seu cerne controlista, em paralelo, desencadeou-se uma forte mobilização popular de resistência, resultando na ineficiência da campanha epidemiológica de Osvaldo Cruz.

Neste período, Rodolfo Teófilo que “[...] tinha sido testemunha ocular da terrível



epidemia de varíola que atingiu o Ceará em 1878” (BARBOSA, 1994, p. 70), iniciou a produção da vacina contra doença e construiu o processo de imunização do povo cearense. Assim, desvinculado do aparato financeiro estatal, alcançou a erradicação da patologia no Ceará, divergindo dos resultados obtidos no restante do território nacional.

Diante de tais resultados, as oligarquias locais tramavam discursos e medidas de desqualificação da luta por imunização da população. Acerca das motivações oligárquicas, Barbosa (1994), aponta que estes percebiam-se afrontados pelas iniciativas em saúde difundidas por Teófilo, visto que, evidenciavam o alcance ineficaz das campanhas aplicadas pelas frentes governistas.

Deste modo, em meio aos embates políticos com o poder local, Rodolfo Teófilo formulou uma crescente mobilização popular que fortaleceu a luta, na esfera da saúde pública. No que remete ao âmbito nacional, Barbosa (1994, p. 74) expõe que

Enquanto no Rio de Janeiro, devido às arbitrariedades do poder público, criava-se a Liga Contra a Vacinação Obrigatória; no Ceará formou-se a Liga Cearense Contra a Varíola, com comissões de vacinação, formadas por voluntários em praticamente todo o interior do estado. Estas comissões eram dirigidas por um comissário vacinador, geralmente uma liderança local, responsável pela organização e execução da vacinação, vigilância epidemiológica e isolamento dos possíveis doentes.

Neste viés, Rodolfo Teófilo traz a dimensão socioeducativa, em um processo de promoção e prevenção em saúde, suscitando o protagonismo dos sujeitos e potencializando uma perspectiva coletiva do ‘cuidado de si’, reverberando pra articulação das camadas populares em um movimento integrado.

NUANCES DA (RE)ORGANIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO CEARÁ E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Ressalta-se que a nível nacional, a erradicação da varíola, deu-se entre os anos de 1966 a 1973, 61 anos após ser extinguida no Ceará, através de uma grande Campanha de Erradicação da Varíola-CEV (BRASIL, 2005). Assim, na década de 1990, com a implementação da Lei nº 8080, com a ampliação do conceito de saúde, “as ações de vigilância epidemiológica passaram a ser operacionalizadas num contexto de profunda reorganização” (BRASIL, 2005, p. 20). Uma reorganização destas ações, baseadas na descentralização e integralidade na viabilização das ações e serviços de vigilância epidemiológica (BRASIL, 2005). Portanto, se com a década de 1990, ocorre esta 'reorganização da vigilância epidemiológica', o que se apresenta no Ceará, neste momento,



com os períodos chuvosos, e com o acúmulo de lixo nas cidades, como o que ocorre em Fortaleza, diz respeito, a expansão de doenças como a dengue, zika e chikungunya. Com isso, se a varíola hemorrágica, em 1877, como apresenta Rodolfo Teófilo, em seu livro, dizimava a população fortalezense, e principalmente, as pessoas que se encontravam em lugares com alto grau de insalubridade, como os 'abarracamentos', neste momento, o mosquito *Aedes Aegypti* vem sendo o vetor destas doenças, citadas anteriormente: dengue, zika e chikungunya.

Sendo que no Brasil, em 2016, ocorreu uma mobilização nacional “de 220 mil militares e 300 mil agentes de saúde contra o *Aedes aegypti* em todo o País” (QUEIROZ, 2016). E deste modo, como aponta o jornalista Adriano Queiroz, em uma matéria ao Jornal O Povo, de 15 de fevereiro de 2016, esta campanha:

[...] desde sábado, busca apoio da população no combate ao mosquito transmissor de dengue, chikungunya e zika, que, por sua vez, tem relação com a proliferação de microcefalia. Isso faz crescer a preocupação com terrenos baldios, potenciais focos de preocupação para quem mora nas proximidades. Em Fortaleza, há 25 mil imóveis do tipo. (QUEIROZ, 2016)

Portanto, o jornalista aponta que estas doenças possuem uma relação intrínseca com os terrenos baldios, com os 'espaços vazios' das cidades, que possuem uma grande quantidade de lixo. E estes 'espaços vazios', que não cumprem sua função social, de serem moradias para as pessoas, e são alvo da especulação imobiliária, alvo da 'valorização de terrenos', ou da 'concentração de terrenos' para fins mercantis, são grandes 'estufas', para proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, e também 'estufas', para proliferação de outros vetores de doenças parasitárias. Contudo, tal percepção escamoteia o viés policialesco das intervenções no combate das epidemias, que reflete na culpabilização dos sujeitos e incentiva uma vigilância constante dos 'comportamentos alheios', que desresponsabiliza o Estado e justificam o caráter focal das políticas públicas.

No desencadear do quadro das doenças parasitárias, segundo o 'Boletim Epidemiológico', da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA):

Em 2016, até a Semana Epidemiológica 52-SE 52 (03/01/2016 a 31/12/2016) foram notificados 98.025 casos de dengue no Ceará, destes 50.454 (51,4%) prováveis, sendo 37.769 (74,8%) confirmados (uma redução de 31,4% em relação aos 55.061 casos confirmados até SE 52 de 2015). (SESA, 2016, p. 1)

Além disso, o 'Boletim', também traz que

[...] foram confirmados 30 óbitos por dengue, 13 (43,3%) do sexo feminino e 17



(56,7%) do sexo masculino, a maioria (82,4%) ocorreu em adultos com idades entre 36 e 98 anos e três (17,6%) ocorreram em crianças de um mês e 11 anos (mediana de 59 anos). (SESA, 2016, p. 1)

Enquanto, a zika, uma doença cujos principais sintomas são “inchaço no corpo, dor de garganta, tosse e vômitos” (COMBATE AEDES, 2017), no Ceará, o vírus zika, está associado a casos de síndrome congênita, adquirida antes do nascimento, e como aponta o 'Boletim Epidemiológico da SESA', de 2017, as notificações do vírus zika associado com síndrome congênita, tiveram início desde 2015:

Em 2015, foram notificados 232 casos, sendo que 24,0% (56/232) foram confirmados, 58,5% (136/232) foram descartados e 17,5% (40/232) dos casos seguem em investigação. No caso de 2016, 409 casos foram notificados, destes, 23,5% (96/409) descartados e 27,0% (111/409) permanecem em investigação. (SESA, 2017, p. 1)

Assim, a expansão das doenças decorrentes da picada do mosquito *Aedes Aegypti*, e a epidemia de varíola, que perdurou entre o século XIX e por décadas do século XX, no Brasil, e de modo particular no Ceará, na capital Fortaleza, refletem o quanto estão ou foram gestadas medidas de controle epidemiológico, medidas de contenção, articuladas ao fomento de campanhas de combate, prevenção destas doenças. Sendo que no caso, da varíola, em 1900, o próprio Rodolfo Teófilo, em Fortaleza, “[...] instalou na porta do Campo, embaixo de um cajueiro, o seu posto de vacinação contra a varíola” (NEVES, 2007, p. 88).

Ocorrendo um investimento governamental, para as campanhas de vacinação, em 1900, no Ceará, e especificamente com um direcionamento das vacinas a população dos Campos de Concentração, em Fortaleza. Deste modo, neste período foram gestadas medidas de vacinação, e ocorreu um investimento do governo, para a fixação das pessoas do campo no próprio campo, a partir da construção de reservatórios de água. E o fomento, de medidas sanitárias, como o que foi visto durante uma aula de campo no Centro da Cidade de Fortaleza, em 14 de janeiro de 2016, um 'passeio pelo Centro', guiado por um turismólogo, que apontou que as edificações, das primeiras décadas do século XX, traziam várias portas e janelas, para que o ar circulasse internamente, evitando a proliferação do vírus da varíola, e de outras doenças, comuns neste período.

Entre os anos de 2015 e 2016, chegando no início de 2017, as medidas tomadas, para prevenção da instauração do mosquito *Aedes Aegypti*, publicizavam ações como evitar o acúmulo de água parada, e de lixo em locais inabitados, nos 'espaços vazios', das cidades brasileiras. Deste modo, permeiou um misto de medidas de mobilização coletiva e individual, articuladas a intervenções das Forças Armadas, e agentes de saúde, em uma perspectiva



que remete a um viés controlista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange as interlocuções realizadas entre o livro 'A fome', e o contexto vivenciado pela população cearense entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ressoam as intervenções no âmbito da saúde, realizada tanto pela esfera estatal com suas ações aos moldes coercitivos, quanto a mobilização de um dos sanitaristas deste período, Rodolfo Teófilo. Este, que propôs erradicar a varíola reunindo e trazendo a população cearense ao combate desta epidemia, por meio da organização popular, criando grupos, associações com intuito de propagar a vacinação contra varíola de um modo socioeducativo.

Deste modo, a lógica da 'responsabilização' que escamoteia o aspecto da culpabilização, e das ações individualizantes, ramificam-se em uma (re)configuração do processo de vigilância epidemiológica, que vem sendo operacionalizado no Brasil, desde a década de 1990. E que é transpassado por ações de cunho policialesco e educativo que mesclam-se, em um entrelaçar entre práticas de cunho particular e singular, mas também de cunho coletivo e mobilizador.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública no Ceará: da Colônia a Vargas**. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 148 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

COMBATE AEDES. Prevenção e combate: dengue, chikungunya e zika. **Combate Aedes**, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições



Demócrito Rocha, 2007. 448 p.

QUEIROZ, Adriano. Lixo acumulado e terrenos representam risco de proliferação do Aedes: O POVO constatou acúmulo de entulho, móveis velhos e materiais com potencial para gerar criatórios do mosquito. **O Povo**, Fortaleza, 15 fev. 2016. Disponível em:<<https://goo.gl/YiYhza>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SESA. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Boletim Epidemiológico Dengue. **SESA**, Fortaleza, 30 dez. 2016. Disponível em:<<http://www.saude.ce.gov.br/index.php/boletins>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Boletim Epidemiológico Síndrome Congênita Associada à Infecção pelo vírus Zika. **SESA**, Fortaleza, 17 jan. 2017. Disponível em:<<http://www.saude.ce.gov.br/index.php/boletins>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 376 p. (Coleções clássicos cearenses)